

EDIÇÃO ESPECIAL 2024 – FÚRIAS DA LIBERDADE

*Gustavo Marques Vianna Querino*<sup>1</sup>  0009-0003-1982-6582

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

## Explicando o Pós-modernismo Aplicado

**Resumo:** O projeto iluminista é considerado obsoleto devido à desconfiança na razão e na capacidade do homem em conhecer a realidade e a natureza. A crise do projeto marxista gerou a necessidade de novas estratégias e explicações para o contínuo sucesso da sociedade industrial, resultando em uma nova escola intelectual e um método crítico para responder a tais questões. O presente artigo aborda a origem das bases filosóficas do pós-modernismo segundo Stephen Hicks e as mudanças conjunturais da identidade segundo Stuart Hall, ademais, apresenta a relação dessas teses com a origem do “pós-modernismo aplicado”, termo cunhado por Pluckrose e Lindsay para descrever a implementação prática de ideias pós-modernas.

**Palavras-chave:** justiça social; identidade cultural; pós-modernidade; teoria crítica.

<sup>1</sup>Engenheiro Agrônomo (UFRB) e mestrando em Solos e Nutrição de Plantas (Esaq/USP). É diretor de programas do Instituto Damas de Ferro, coordenando projetos de produção e tradução de artigos, além de coordenar a formação educacional ‘Fúrias da Liberdade’. Co-editor do livro *Rose Wilder Lane: uma vida de liberdade* – Autoria: Tailize Scheffer Camargo e Stephanie Gonçalves Teixeira (2024). E-mail: agrimaria100@gmail.com

## Explaining the Applied Postmodernism

---

**Abstract:** The Enlightenment project is considered obsolete due to a distrust in reason and the humanity's capacity to comprehend reality and nature. The crisis of the Marxist project led to the need for new strategies and explanations for the continued success of industrial society, resulting in a new intellectual school and a critical method to address such issues. This article explores the origins of the philosophical foundations of postmodernism according to Stephen Hicks and the conjunctural changes in identity according to Stuart Hall. Furthermore, it presents the relationship between these theses and the origin of "applied postmodernism," a term coined by Pluckrose and Lindsay to describe the practical implementation of postmodern ideas.

**Keywords:** social justice; cultural identity; postmodernity; critical theory.

---

## Explicando el Posmodernismo Aplicado

---

**Resumen:** El proyecto de la Ilustración se considera obsoleto debido a la desconfianza en la razón y en la capacidad del hombre para conocer la realidad y la naturaleza. La crisis del proyecto marxista generó la necesidad de nuevas estrategias y explicaciones para el éxito continuo de la sociedad industrial, lo que dio como resultado una nueva escuela intelectual y un método crítico para responder a tales preguntas. Este artículo aborda el origen de las bases filosóficas del posmodernismo según Stephen Hicks y los cambios coyunturales de identidad según Stuart Hall, además, presenta la relación entre estas tesis y el origen del "posmodernismo aplicado", término acuñado por Pluckrose y Lindsay para describir la implementación práctica de las ideas posmodernas.

**Palabras clave:** justicia social; identidad cultural; posmodernidad; teoría crítica.

---

## INTRODUÇÃO

Em seu livro "A condição pós-moderna", Lyotard afirma que: considera-se pós-moderna a incredulidade em relação às metanarrativas. Segundo o filósofo, isto ocorre em razão do progresso das ciências, da crise da filosofia metafísica e das instituições eclesiásticas. O projeto iluminista buscou o desenvolvimento de bases objetivas para a ciência e o conhecimento, a universalidade moral e a organização racional da vida, assim, criou outras metanarrativas para substituir a grande narrativa eclesiástica. Com o advento do capitalismo industrial e o ceticismo quanto ao papel da razão em conhecer a realidade, a ciência newtoniana se tornou obsoleta e não mais relevante para compreensão da realidade dos fatos materiais e sociais. Deste modo, a linguagem tornou-se parte constituinte e fundante da realidade, sendo ela singular a cada indivíduo, ou seja, o desenlace para a relativização integral do conhecimento, da realidade e da verdade. Essas conclusões foram feitas, em sua maioria, pelo conjunto de pensadores denominados "pós-modernos".

Aplicando a visão pós-moderna sobre o conhecimento e a questão da "verdade", as decisões de ordem maior na esfera pública e, até mesmo privada, incluindo a totalidade das relações sociais, são medidas segundo a lógica da hierarquia e do poder. Aqueles que detém as melhores posições nesta escala se tornam necessariamente antagonistas na condição pós-moderna e seus

partidários, ao afirmar estar lutando contra a lógica do melhor desempenho econômico e social, se tornam adeptos de uma justiça social pós-moderna, ou somente *Justiça Social*.

As explicações para as origens do pós-modernismo como projeto filosófico são extensas e diversos ensaios foram produzidos no esforço de compreender os processos e nuances que culminaram na “morte da razão”. Igualmente, são diversas as críticas ao movimento intelectual e aos pensadores que foram aglutinados como pós-modernos. As explicações mais notáveis compreendem a rejeição de uma verdade metafísica eclesiástica, a crise do projeto iluminista, a transformação político-econômica resultante do capitalismo industrial, a decadência do socialismo-comunismo e o globalismo. Em seu livro *Explicando o Pós-modernismo: Ceticismo e Socialismo*, Stephen Hicks apresenta sua tese de que a crise do projeto filosófico da modernidade iniciou seu declínio a partir da crítica do filósofo Immanuel Kant, que colocou a razão no lugar de incapacidade de conhecer algo que esteja fora dela, contestando os racionalistas da época. A partir desta conclusão, Hicks dá continuidade a tese da crise dos projetos socialistas e o surgimento da nova esquerda que passa a utilizar a linguagem e uma nova epistemologia – pós-moderna – como ferramenta retórica no combate contra as ideias liberais e o capitalismo. Para explicar a virada pós-moderna e o surgimento de teorias e práticas radicais e ilógicas oriundas de acadêmicos e ativistas, Helen Pluckrose e James Lindsay cunharam o termo *pós-modernismo aplicado*, que se refere a aplicação de ideias e princípios pós-modernistas em vários contextos intelectuais e práticos, resultando no surgimento das Teorias da Identidade de Grupo e da *Justiça Social*. O objetivo do presente trabalho é apresentar as origens intelectuais para o surgimento do pós-modernismo e as consequências práticas na teoria de identidade de grupo e da *Justiça Social*.

## MATERIAL E MÉTODOS

Para alcançar os objetivos propostos, adotarei neste artigo uma abordagem teórica e exploratória fundamentada na revisão bibliográfica, com foco na bibliografia primária dos filósofos pós-modernos, seus críticos, e na autora Helen Pluckrose. Inicialmente, serão selecionadas e analisadas as obras primárias dos filósofos da modernidade e seus pressupostos filosóficos, seguidas pela análise epistemológica de Immanuel Kant, Hegel e Heidegger e suas influências no desenvolvimento do pós-modernismo, que segundo seus críticos, ao limitar a razão aos limites da experiência possível, Kant possibilitou um ponto de ruptura com o iluminismo. Em seguida, realizarei o resgate teórico e prático do marxismo ocidental, as consequências materiais e epistemológicas decorrentes de seu declínio e possíveis explicações para sua relação com os filósofos pós-modernos. Serão revisadas as críticas ao pensamento pós-moderno, focando em autores como Stephen Hicks, Helen Pluckrose e James Lindsay, que fornecem uma perspectiva crítica sobre o desenvolvimento e a aplicação prática das ideias pós-modernistas. A análise incluirá ainda teóricos das teorias da identidade, como Stuart Hall, para investigar a transformação das questões de identidade na pós-modernidade. A metodologia envolverá uma comparação detalhada entre as abordagens teóricas dos pós-modernistas e seus críticos, explorando a epistemologia pós-modernista e suas implicações

na sociedade contemporânea. A análise crítica será complementada por uma discussão do conceito “pós-modernismo aplicado”, desenvolvido por Helen Pluckrose e discutido à luz da pesquisa bibliográfica.

## 1. AS RAZÕES DA MODERNIDADE

A descoberta do Novo Mundo, assim como os eventos do Renascimento e a Reforma protestante por volta do século XVI, separam o período pré-moderno do moderno. Eles foram basilares para a mudança histórica da idade média para o desenvolvimento de uma *idade das luzes*. Diferente das bases filosóficas da filosofia pós-moderna, o mundo moderno existe a bastante tempo, portanto é muito mais fácil reconhecer suas características, premissas filosóficas fundamentais e seus principais pensadores. O projeto da modernidade é composto por facetas da arte, ciências e da filosofia, no entanto neste trabalho será analisada a faceta filosófica e suas consequências na ciência.

Sua formação remonta à Revolução Francesa como marco histórico de ruptura no pensamento ocidental e ao liberalismo. Dentre as figuras formadoras do mundo moderno estão o filósofo, político e cientista Francis Bacon, o filósofo e matemático René Descartes e o filósofo inglês John Locke. Todos eles são considerados filósofos modernos devido ao naturalismo filosófico, intensa confiança na razão e no caso do Locke seu individualismo (Melo & Donato, 2011).

A modernidade, considerado um projeto incompleto pelo filósofo Jürgen Habermas, possui facetas históricas, materiais, sociais e filosóficas. Ele deu seguimento à investigação de Max Weber da racionalização do ocidente, tema discutido exaustivamente pelo sociólogo alemão, em que procurou resgatar o discurso filosófico da modernidade, que segundo ele, foi desde “os fins do século XVII promovida a tema filosófico” (Habermas, 1998, p. 11).

Todo movimento intelectual tem uma metafísica, uma concepção da natureza e dos valores humanos e uma epistemologia. Diferente da visão pré-moderna, os pensadores modernos partem da natureza, não de algum elemento sobrenatural, o ponto de partida característico da filosofia medieval. Os elementos religiosos foram lentamente substituídos por elementos científicos e estéticos, contudo não foi apenas a profanação que caracterizou este período histórico, a racionalização foi o que constituiu o desenvolvimento das sociedades modernas.

Os modernos enfatizam que a percepção e a razão são os meios de que o ser humano dispõe para conhecer a natureza, além de enfatizar a autonomia e a capacidade do ser humano de formar seu próprio caráter. Os pensadores modernos enfatizam o indivíduo, que eles consideram como a unidade da realidade, sustentando que a mente do indivíduo é soberana e que o indivíduo é a unidade de valor, ao passo que para os pré-modernos a ênfase estava na subordinação feudal do indivíduo a realidades e autoridades superiores.

A despeito que certas considerações – como a tábula rasa ou o racionalismo e empirismo – não foram compartilhadas por todos os filósofos modernos, sempre há espaço para discordância, mas sua concordância em pontos essenciais supera as divergências. Enquanto

Descartes é um proponente da escola racionalista, Bacon e Locke são empiristas. Mas existe um ponto fundamental para os três, a posição central da razão como faculdade objetiva e competente para compreensão da realidade e da natureza. Esses filósofos criaram a base epistemológica para o movimento intelectual e filosófico chamado iluminismo e foi no iluminismo que a filosofia moderna chegou à maturidade (Bristow, 2023).

## 2. KANT E O PÓS-MODERNISMO

O Pós-modernismo surgiu como uma força social entre os intelectuais porque o Contra Iluminismo derrotou o Iluminismo nas ciências humanas, tornando-se o resultado do ataque do contra iluminismo à razão. Para destrinchar as origens do pós-modernismo é necessário identificar os primeiros críticos da razão no iluminismo, além daqueles que questionam a totalidade da realidade externa às percepções individuais.

David Hume, filósofo iluminista conhecido como um dos principais empiristas do século XVII, tratou de assuntos sobre a natureza humana, casualidade e “uma tentativa de introduzir o método experimental em assuntos morais” (Morris & Brown, 2023). Em seus escritos, ele sustentou que a razão isoladamente não teria a capacidade de fundamentar relações causais, enfatizando que nossas convicções acerca do mundo se apoiam mais em hábitos e costumes do que em uma necessidade puramente racional (Beebe, 2012, p. 144). Hume subjugou a compreensão da realidade à multiplicidade de sensações e impressões através das quais adquirimos conhecimento sobre o que ocorre fora de nossa mente. Alguns filósofos compreenderam erroneamente a tese de Hume, como foi o caso de Berkeley, que concluiu que o mundo real poderia muito bem ser uma construção privada a partir dessas mesmas sensações e impressões internas, o que criou ainda mais obstáculos para a defesa da razão.

Para contrapor conclusões imprecisas em relação a como conhecemos, Kant negou que a realidade de um mundo “externo” pudesse alguma vez depender de inferirmos a sua existência a partir do “sentido interior” individual. Kant coloca que devemos ter conhecimento da realidade externa; que tal conhecimento não pode ser interpretado como derivando apenas das nossas próprias impressões sensoriais. Somente evitando esta última doutrina, a filosofia poderia escapar da dúvida cética (Norris, 1987).

Esta defesa da razão põe o filósofo como um dos filósofos iluministas defensores da razão e da verdade objetiva, ademais, grande parte da história da filosofia coloca Kant como um dos grandes filósofos iluministas, posição que está ortodoxamente correta. Por muitas vezes ele é considerado advogado da razão e da ciência, sempre enfatizando a importância da coerência racional na Ética (Reale & Antiseri, 2005, p. 368). Entretanto, a questão fundamental da razão é a sua realidade, ela é ou não consegue compreender a realidade? Essa é a questão que divide os filósofos que acreditam nela como fator primário de compreensão da realidade daqueles que não creem. E foi essa a questão que Kant levantou em sua *Crítica da Razão Pura*.

Kant afirmou que a realidade (numênica) está para sempre separada da razão, e a razão se limita a perceber e compreender seus próprios produtos subjetivos, ou seja, ela não tem nenhum outro propósito a não ser prescrever sua própria regra formal para o alcance de seu uso empírico, e nenhum alcance além de todos os limites do uso empírico (Kant, 2013). A conclusão do filósofo Stephen Hicks ao interpretar Kant é que, segundo Kant, a razão não pode conhecer nada que esteja fora dela, contestando os racionalistas da época e afirmando que o aspecto mais importante da razão é o fato de que ela não tem ideia do que seja realidade. A partir de suas descobertas, é possível dizer que ele foi o primeiro ponto de ruptura com o iluminismo e o primeiro passo para a filosofia pós-moderna. Dentre as cinco características mais importantes da razão iluminista: objetividade, competência, autonomia, universalidade e sua natureza de faculdade individual; Kant rejeita a objetividade (Hicks, 2011, p. 50).

### 3. A RAZÃO PARA HEGEL E HEIDEGGER

O filósofo alemão Friedrich Hegel concordava com o pensamento de Kant que o realismo e o objetivismo deveriam ser julgados. No entanto, diferente de Kant, que delegou ao sujeito apenas o mundo fenomênico da experiência, a estratégia de Hegel consistiu em reafirmar a identidade do sujeito e do objeto, fechando assim, metafisicamente, o hiato entre eles. Kant afirma que o sujeito é responsável pela forma da cognição, mas a realidade numênica era a fonte do conteúdo moldado e estruturado pela mente. Em Hegel, o sujeito é quem gera o conteúdo e a forma. O sujeito não responde a uma realidade externa; ao contrário, a realidade inteira é uma criação do sujeito.

Segundo minha concepção - que só deve ser justificada pela apresentação do próprio sistema -, tudo decorre de entender e exprimir o verdadeiro não como substância, mas também, precisamente, como sujeito (Hegel, 2008, p. 34).

O sujeito de Hegel não é o sujeito empírico e individual, mas o sujeito que é também substância, é o universo na sua totalidade, em que nós, sujeitos individuais, somos apenas uma parcela. Para os realistas, o universo como um todo era um objeto ou um conjunto de objetos dentro do qual existiam alguns sujeitos, para Hegel, o universo como um todo é um sujeito, e dentro do sujeito há objetos.

Para Hegel, Kant enfrenta uma falha ao adotar o dualismo entre sujeito e objeto. Isso o leva a não cumprir sua missão crítica em relação à razão e à modernidade. Essa falha ocorre quando Kant propõe que as determinações conceituais do sujeito pensante nunca podem ser compreendidas como correspondentes às do ser em si mesmo. Araújo (2018) concluiu que Hegel deu continuidade ao projeto de crítica à razão que Kant iniciou, mas não ultrapassou os limites do sujeito, em suas palavras:

Com Hegel podemos aprender que não há nada nos sentidos que não passe pela consciência; e esta passagem jamais ocorre livre de contradições e conflitos. Então, para a razão consciente de si, não é o objeto que precisaria se adequar ao sujeito, como queria Kant—pelo que

podemos dizer que, na jornada da consciência, estacionou na figura do Entendimento (*Verstand*) (Araújo, 2018, p. 221).

Hicks apresenta que a teoria de Hegel afirma que “toda a realidade é um produto da mente, da Mente que contém todas as nossas pequenas mentes”. Como a realidade provém de nós, podemos conhecer toda a realidade em toda a sua gloriosa necessidade. O sujeito que conhecemos interiormente é consciente e orgânico, e se o sujeito é um microcosmo da totalidade, então, se aplicamos suas características à totalidade, criamos um modelo consciente e orgânico do mundo. Dessa forma Hegel não precisava mais tirar a razão da equação, muito pelo contrário, poderia se dizer um maior defensor da razão que Kant. Ao afirmar que a razão cria toda a realidade, Hegel conclui que a razão pode conhecer toda a realidade, mas não sem relativizar a realidade (Hicks, 2011, p. 56).

Dando sequência aos filósofos alemães que influenciaram os filósofos pós-modernos, temos um dos filósofos mais importantes do século XX, Martin Heidegger, que deu à filosofia hegeliana uma versão pessoal, fenomenológica. Derrida e Foucault se identificavam como seguidores de Heidegger, assim como Rorty que o colocava como uma grande referência intelectual.

Heidegger absorveu e modificou a tradição da filosofia alemã. Assim como Kant, acreditava que a razão fosse um fenômeno superficial e adotou a visão kantiana de que as palavras e os conceitos são obstáculos que nos impedem de conhecer a realidade, ou Ser. Diferente de Hegel, ele deixa a razão de lado e desenvolve a ideia de que era possível aproximar-se do Ser pela observação dos próprios sentimentos, especialmente os sentimentos obscuros e angustiantes do medo e da culpa, é claro, assim que alcançarmos o núcleo do Ser, veremos que o conflito e a contradição estão no cerne das coisas.

Analisando a diferença entre as visões de fenômeno em Kant e Heidegger, Araújo traduz a conclusão do que é a verdade do ser para Heidegger:

A partir do momento em que colocarmos no mesmo plano a diferença das concepções do que é o fenômeno em Kant e em Heidegger é que vamos conseguir chegar a um esboço da forma como a existência, toma com o pensador alemão, a sua importância enquanto contingência espaço-temporal justificada pelo ser humano como sendo o próprio caminho para a Verdade do Ser (Araújo, 2017, p. 46).

O grande diferencial de Heidegger está na utilização da fenomenologia para chegar às suas conclusões. A fenomenologia se torna filosoficamente importante quando aceitamos a conclusão kantiana de que não podemos tomar como ponto de partida (como fazem os realistas e os cientistas) a suposição de que conhecemos a realidade externa e independente composta dos objetos que estamos tentando compreender. Kant deu um pequeno passo nessa direção à fenomenologia, embora ele estivesse disposto a abrir mão do objeto numênico, acreditava firmemente em um eu numênico subjacente, de natureza específica e acessível à investigação. Heidegger, portanto, reconhece que um eu numênico subjacente ao fluxo dos fenômenos é uma noção tão problemática quanto o conceito de objetos numênicos subjacentes ao fluxo, assim, temos um ponto de partida fenomenológico, ou seja, uma descrição simples e clara dos fenômenos da experiência e da mudança (Hicks, 2011, pp. 74-75).

Depois de Kant, a tradição filosófica europeia abandonou a razão, colocando em primeiro plano a especulação pura e simples, o conflito das vontades e a inquietação emocional. Na síntese heideggeriana dessa tradição, Stephen Hicks destaca alguns elementos do Pós-modernismo, dividido em seis conclusões, sendo elas:

1. O conflito e a contradição são as verdades mais profundas da realidade;
2. A razão é subjetiva e impotente para chegar às verdades da realidade;
3. Os elementos da razão, as palavras e os conceitos, são obstáculos que devem ser limpos, submetidos à destruição ou desmascarados;
4. A contradição lógica não é sinal de fracasso, nem indício de algo particularmente relevante;
5. Os sentimentos, especialmente os estados mórbidos da ansiedade e da angústia, são um guia mais profundo que a razão;
6. Toda a tradição ocidental da Filosofia, seja ela platônica, aristotélica, lockeana ou cartesiana, estando baseada na lei da contradição e na distinção entre sujeito e objeto, é o inimigo a ser derrotado.

A partir da investigação da histórica filosófica de Kant a Heidegger, Hicks apresenta a primeira parte de sua tese: “O Pós-modernismo é a primeira afirmação consistente e implacável das consequências de se rejeitar a razão – consequências estas inevitáveis tendo em vista a história da epistemologia desde Kant” (Hicks, 2011, p. 89).

#### 4. MARXISMO COMO ESTRATÉGIA E MÉTODO

Assim como a origem dos grandes fenômenos da história, a origem do pós-modernismo aplicado não pode ser reduzida a um problema epistemológico, visto que existe uma complexidade e abrangência de temas, descomunal. Isto posto, é necessário apresentar mais duas hipóteses complementares à questão epistemológica. A necessidade de uma reformulação teórica, estratégica e estética do marxismo postulada por Stephen Hicks e a crise de identidade na pós-modernidade apresentada por Stuart Hall. A segunda parte do artigo busca analisar a relação político-histórica entre a ascensão e declínio do marxismo clássico apresentado por Marx, a hegemonia política entre os pensadores pós-modernos e a utilização do método crítico para a formação da *Teoria*, termo utilizado para consolidar a utilização da teoria pós-moderna.

A partir de uma rápida observação da filosofia pós-moderna é surpreendente a relação entre seus autores e a extrema-esquerda, principalmente devido à sua idiosincrasia da rejeição de grandes narrativas e o ceticismo quanto a conceitos, filosofias e ideologias universais que unifiquem as mais diversas demandas sob um programa geral, como a luta de classes.

Foucault possuía grande influência marxista em seus trabalhos, além de se identificar, primeiramente, com o marxismo-leninismo, posteriormente com o maoísmo. Derrida afirmou que o desconstrucionismo é a radicalização de um certo espírito do marxismo, além de ter “militado” entre a extrema-esquerda comunista e não comunista (Peeters, 2013, p. 630).

Jean-François Lyotard e diversos outros pensadores pós-modernos escreviam para jornais de grupos políticos como “Socialismo ou Barbárie” para expor uma crítica diferente da



extrema-esquerda, sem se distanciar dela, todos partindo de um radicalismo político. Para responder à questão do porquê houve essa hegemonia no pensamento político de uma classe intelectual que postulou diversas premissas do pós-modernismo, é preciso compreender justamente a ascensão e declínio deste pensamento político.

#### 4.1. Ascensão e Declínio do socialismo

No ano de 1848, Karl Marx, publicou “O Manifesto Comunista”, livro que revolucionou os alicerces políticos da Europa, enquanto “A Ideologia Alemã” e o primeiro tomo de “O Capital” reformularam as teorias socialistas até então desenvolvidas no século XIX. Marx e Engels postularam, de forma geral, quatro teses que são as bases do socialismo científico, sendo elas:

1. O capitalismo é explorador e desumanizador: a burguesia explora a classe trabalhadora. A sociedade industrial é cruelmente competitiva no âmbito interno e internacionalmente imperialista, transformando o valor do trabalho em commodity e alienando a classe trabalhadora do valor de seu trabalho.
2. O socialismo, ao contrário, é humano e pacífico: as pessoas compartilham, são iguais e cooperativas;
3. O capitalismo possui contradições intrínsecas: os ricos ficam mais ricos, os pobres, mais pobres; e o conflito de classes decorrente disso levará, no final, ao colapso do capitalismo (Kołakowski, 1978, pp. 297-334).

A teoria marxista conquistou muitos adeptos rapidamente, ao ponto de conseguir em poucas décadas adquirir milhões de simpatizantes e, conseqüentemente, tomar o poder político, intelectual e cultural.

No ano de 1917 o partido Bolchevique derrubou a monarquia czarista para implantar a ditadura do proletariado e a coletivização das terras e dos meios de produção na Rússia (Fitzpatrick, 2017, pp. 4-5). Em 1949 Mao Tse-tung, junto com o exército vermelho, venceram os exércitos nacionalistas, conquistaram o poder e proclamaram a República Popular da China (Dikötter, 2017, p. 80). Além das diversas revoluções que ocorreram na América Latina e na África. Apesar da conquista política e intelectual, diversos teóricos buscavam contestar suas principais teses.

Diante do debate econômico, o economista Böhm-Bawerk expôs as contradições da teoria da exploração de Marx poucas décadas após a publicação do primeiro tomo de “O Capital” (Böhm-Bawerk, 2017, p. 92). O economista Ludwig von Mises apresentou, em seu livro “O cálculo econômico em uma comunidade socialista”, os problemas da distribuição de bens em uma sociedade socialista, apresentando a natureza do cálculo econômico e acentuando os limites destes em uma economia coletiva (Mises, 2018, p. 101). No campo epistemológico, o filósofo Karl Popper apontou a pseudocientificidade do historicismo e sua carência teórica quanto à falta de experimentação e as imprecisões metodológicas das predições (Popper, 2002, p. 12).

Empiricamente, suas políticas desencadearam na morte de 100 milhões de pessoas, aproximadamente. Por um contraste direto, as experiências socialistas têm resultado em

lamentável fracasso econômico, desde a União Soviética e o bloco oriental, até Coreia do Norte, Vietnã, Cuba, Etiópia e Moçambique (Courtois et al., 1999, p. 326).

Ao visualizar o declínio da popularidade do marxismo no ocidente, parte da esquerda política reconheceu a necessidade de se afastar do espectro totalitário e adotar a social democracia no entre guerras e pós-guerra, enquanto parte significativa buscou uma mudança estratégica em como se chegaria ao ideal marxista a partir da convergência entre os grupos políticos, como é o caso do filósofo Antônio Gramsci e dos pensadores da Escola de Frankfurt, que buscavam melhores explicações para o sucesso econômico das sociedades capitalistas do século XX.

Diferente dos marxistas clássicos, Gramsci não possuía uma crença escolástica sobre o determinismo do fim da sociedade capitalista. Seu ceticismo quanto ao historicismo marxista e ao economismo histórico creditaram a ele o título de pessimista. se destaca em apresentar o contraste entre o historicismo e o transcendentalismo, segundo essa visão o significado e a racionalidade do comportamento humano e de seus produtos só podem ser compreendidos a partir de uma perspectiva histórica global. Nas palavras de Kolakowski sobre o pensamento de Gramsci:

A “verdade” da filosofia ou da ciência é a “verdade” num sentido socialmente pragmático: o que é verdadeiro é aquilo que, numa situação histórica particular, expressa a tendência real de desenvolvimento dessa situação. Nem as filosofias nem as ciências podem ser julgadas por quaisquer outros critérios além daqueles que usamos para julgar instituições sociais, crenças religiosas, emoções ou movimentos políticos (Kolakowski, 1981, p. 228).

A partir da ruptura do pensamento gramsciano com o cientificismo e racionalismo marxista, ele desenvolveu o que chamava em seus cadernos de uma “filosofia da práxis”, uma transformação prática e política do que era o marxismo. Gramsci teve um efeito libertador na esquerda política, especialmente da tradição marxista. “Ele fez com que o tema da luta de classes pesasse em análises destituídas de todas as insuficiências impostas pelos dogmas do materialismo histórico” (Merquior, 2022, p. 130).

Grandes proponentes da Escola de Frankfurt, como Adorno, Horkheimer e Marcuse, deram continuidade à crítica ao racionalismo dos marxistas clássicos. Eles observaram que apesar das melhores perspectivas materiais advindas do capitalismo, a razão iluminista possuía uma lógica interna de funcionamento identificada como progresso, que está “ligada uma gama enorme de violências, processos de reificação (da natureza e do próprio homem) e profundos retrocessos sociais” (Bruno, 2018, p. 507). Assim, os marxistas ou qualquer teoria social de sucesso teria de incorporar forças psicológicas menos racionais que combatam a dominação e repressão do homem causada pela sociedade capitalista.

Hicks apresenta Marcuse, membro proeminente da Escola de Frankfurt, como o filósofo representante da nova esquerda nas décadas de 1950 e 1960. A síntese do marxismo e do pensamento freudiano demonstrou que “o capitalismo não só oprime as massas existencialmente como também as reprime psicologicamente” (Hicks, 2011, p. 164). A ênfase de Marcuse na crítica cultural e social, em oposição à análise econômica tradicional, ressoou nos movimentos emergentes da contracultura ao ponto de ter consequências práticas na sociedade da metade do século XX:

Marcuse tinha em vista, especialmente, líderes intelectuais de esquerda marginalizados e excluídos – em particular, aqueles com formação em teoria crítica. Dada a abrangência da dominação capitalista, a vanguarda revolucionária só pode surgir em meio a esses intelectuais excluídos, sobretudo entre os estudantes mais jovens, que sejam capazes de “associar a libertação à dissolução da percepção comum e estabelecida” e, assim, consigam enxergar a realidade da opressão através da paz aparente (Hicks, 2011, p. 166).

Assim, pode-se afirmar que a crítica da racionalidade que se iniciou com Kant e teve seu auge com Heidegger, a crise na esquerda marxista e o nascimento de um novo marxismo ocidental menos racionalista, menos determinista e que busca alternativas estratégicas para a união de grupos políticos rumo à revolução, foram as principais mudanças intelectuais que possibilitaram a emergência dos chamados pensadores pós-modernos.

#### 4.2. Teoria Crítica e Pós-modernismo

A Escola de Frankfurt é frequentemente relacionada à Teoria Crítica, em especial em razão do ensaio “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” escrita por Max Horkheimer, em que apresenta um contraste entre a Teoria Tradicional baseada no modelo moderno de racionalização, empirismo e dominação da natureza pelo homem e o pensamento crítico, que “é motivado pela tentativa de superar realmente a tensão, de eliminar a oposição entre a consciência dos objetivos, espontaneidade e racionalidades, inerentes ao indivíduo, de um lado, e as relações do processo de trabalho, básicas para a sociedade, de outro” (Horkheimer, 2002, p. 188). Em contraste com a Teoria Tradicional, o pensamento crítico, ou Teoria Crítica, se propõe em ser uma força de transformação da sociedade para a emancipação do homem participante do conflito de classes. A teoria crítica sempre se preocupou não apenas com como as coisas eram, mas como deveriam ser (Nobre, 2004, pp. 1-2).

Para a teoria crítica, contudo, não existem “fatos” puros, como informações externas ao ente que os examina. Não é possível isolar a percepção do observador da sua gênese social, pois tanto ele como o “fato” são produtos sociais e históricos. O indivíduo que examina um objeto é passivo em relação a ele, mas a sociedade como um todo é, inconscientemente, um elemento ativo neste processo. Deste modo, “os objetos tais como os conhecemos são em parte produto de conceitos e da práxis coletiva, que os filósofos ... petrificam erroneamente numa consciência transcendental pré-individual” (Kolakowski, 1981, p. 353). Portanto, o conceito de indivíduo e objeto como partes independentes, está no mínimo inexato e na prática, está morto.

Helen Puckrose e James Lindsay consideram que uma teoria crítica deve satisfazer três critérios (Puckrose & Lindsay, 2021, p. 22):

1. Deve surgir de uma visão “normativa”, um conjunto de visões morais sobre como a sociedade deve ser, e essa visão moral deve permear a teoria e servir como objetivo para uma nova sociedade;
2. Deve explicar qual é o problema da sociedade ou dos seus sistemas correntes, que são falhas no sistema ou as maneiras pelas quais esse sistema deixa de estar em conformidade com a visão moral normativa da teoria ou de gerá-la;

3. Deve ser capaz de ser utilizada pelos ativistas sociais que desejam mudar a sociedade

Os adeptos do pós-modernismo incorporaram a abordagem crítica da Escola de Frankfurt, assimilando o método crítico e aplicando-o ao cenário estruturalista, principalmente a interpretação do papel do poder. A característica inerentemente crítica da *Teoria*, torna a luta contra as opressões do sistema liberal capitalista sempre viva, mesmo que objetivamente a situação material daqueles situados na esfera mais frágil de poder, esteja melhor. Tal caráter crítico da *Teoria* foi a abordagem que os pós-modernos utilizaram contra as estruturas sociais. Sendo todas consideradas “estruturas de poder hegemônicas” presentes na civilização ocidental, sujeitas a serem derrubadas para que uma verdadeira emancipação ocorra.

## 5. PRINCÍPIOS DO PÓS-MODERNISMO

A partir da década de 1960, diversos pensadores emergiram e tiveram seu amadurecimento e reconhecimento intelectual baseado em teorias hoje consideradas parte do amplo campo do pós-modernismo, em especial o filosófico, objeto de análise no presente trabalho. Os filósofos pós-modernos franceses se destacaram por ter maior impacto político em suas análises, de modo geral, “se concentraram mais no social e nas abordagens revolucionárias e desconstrutivas do modernismo ... sobretudo, algumas ideias francesas, em especial sobre conhecimento e poder” (Puckrose & Lindsay, 2021, p. 19). Entre eles, os mais proeminentes são Jean-François Lyotard, Michel Foucault, Jacques Derrida e Richard Rorty. Apesar de serem considerados todos “pensadores pós-modernos”, existe uma diversidade de teorias produzidas, contudo, em última análise rejeitam a modernidade e o iluminismo, ademais, sustentam que não faz sentido falar de verdades universais ou de uma linguagem que possa capturá-las.

É comum a associação entre as teorias da Teoria Crítica, pós-estruturalismo e do pós-modernismo. A Teoria Crítica foi analisada nos capítulos anteriores, entretanto, para as demais teorias existem divergências em sua relação. Agger (1991, p. 112-113) apresenta uma sobreposição substancial entre as teorias. O pós-estruturalismo, representado por Derrida e feministas da escola francesa, é uma teoria do conhecimento e da linguagem, ao passo que o pós-modernismo, representado por Foucault, Barthes, Lyotard, Baudrillard e outros pensadores, é uma teoria da sociedade, da cultura e da história. Usualmente os dois termos são considerados sinônimos, em razão de possuir teóricos presentes nas duas escolas, sobrepondo as duas teorias.

A virada completa para o pós-modernismo se deu, como afirma Seidman (1998, p. 27), em decorrência da queda do poder legitimador das metanarrativas, sendo elas as metanarrativas que sustentaram a crença civil desde o período pré-moderno com a consolidação do poder eclesiástico, passando pela ascensão do racionalismo iluminista até a metanarrativa marxista da luta de classes como evento emancipador do proletariado.

Pluckrose e Lindsay apresentam dois princípios basilares da virada pós-moderna. O primeiro princípio está relacionado ao conhecimento pós-moderno, mais especificamente o ceticismo a respeito da acessibilidade da verdade objetiva (Puckrose & Lindsay, 2021, p. 29).

A metanarrativa do iluminismo que colocava o método e a investigação científica a partir da refutação e anulabilidade, como suficientes para conhecer verdades universais sobre a realidade, foi desacreditada. Portanto, para substituir a narrativa moderna, a tese do construtivismo cultural foi desenvolvida e popularizada nas décadas de 1960 e 1970 por Foucault, Lyotard, e mais tarde por Richard Rorty com menor radicalidade. Eles afirmam que por sermos limitados na capacidade de saber e conhecer verdades objetivas universais, devemos expressar o conhecimento pela linguagem, conceitos e categorias, além de que “todas as alegações de verdade são construtos de cultura de pleno valor”. O construtivismo cultural situa que os seres humanos estão ligados às estruturas culturais a que pertencem, ao ponto de que as afirmações feitas pelos indivíduos são meras representações dessas estruturas, as afirmações do sujeito está subordinado ao meio que pertence, portanto, não existe um sujeito ativo, o homem decide o que é verdadeiro de acordo com a estrutura dominante a que está dependente (Castañon, 2005, pp. 46-47).

O segundo princípio é apresentado como princípio político pós-moderno, em que as estruturas sociais são formadas por sistemas de poder e hierarquias binárias, estando intrinsecamente ligados nas obras dos pensadores pós-modernos. Está presente na obra de Foucault, onde argumenta que o conhecimento e o poder estão interligados e assim, não podem ser estudados separadamente, o saber construído está embasado nas relações de poder que o legitimam (Bordin, 2014, pp. 230-231). Em “A condição pós-moderna”, Lyotard descreve o problema da legitimação dos saberes da ciência, que é fortalecido pelas estruturas jornalísticas a fim de criar uma narrativa favorável à “ciência” defendida (Lyotard, 2009, p. 51).

Para que a tese de um sistema hierárquico binário de dominação exista, não é estritamente necessário um ceticismo a respeito da acessibilidade da verdade objetiva. Entretanto, além da função narrativa e da legitimação do poder, é este ceticismo radical que explica os argumentos em prol da natureza intencional e não-intencional da perpetuação dos sistemas de dominação hierárquicos. A natureza intencional da perpetuação do poder é facilmente verificável a partir de observações dos agentes que estão no “topo da pirâmide” da hierarquia, todavia, os adeptos dos princípios políticos pós-modernos afirmam que existe uma natureza não-intencional – ou inconsciente – de todos os participantes da sociedade, que reproduzem e legitimam a estrutura de dominação, seja ela de classe, racial ou gênero. Pluckrose e Lindsay afirmam que:

Na Teoria pós-moderna, o poder não é exercido direta e visivelmente de cima, como na estrutura marxista, mas permeia todos os níveis da sociedade e é imposta por todos, mediante interações rotineiras, expectativas, condicionamento social e discursos culturalmente construídos que expressam uma compreensão específica do mundo (Pluckrose & Lindsay, 2021, p. 34).

A tese pós-moderna de que existe uma natureza não-intencional da sociedade, instituições e estruturas sociais, reproduzindo e perpetuando a opressão, elabora-se sem apresentar nenhuma proposta de ação política prática. Efetivamente, cria uma desesperança niilista em relação ao papel dos indivíduos na estrutura social. A transformação do pós-modernismo para uma versão

moralista que busca ações práticas na política, cultura e em todas as estruturas sociais teve início em meados das décadas de 1980 e 1990. Nesse período, o pós-modernismo altamente desconstrutivo se extinguiu, e a segunda onda do pós-modernismo se disseminou no ativismo social e nas atividades acadêmicas. Pluckrose e Lindsay consideram que essas ações práticas fazem parte de uma evolução da Teoria, a segunda onda do pós-modernismo, conhecida como *pós-modernismo aplicado* ou *Justiça Social*. O pós-modernismo aplicado deu origem a diversas teorias sociológicas e políticas, em sua maioria ligadas à identidade cultural, deste modo, é necessário compreender o conceito, avanço e aplicação das identidades culturais na pós-modernidade.

## 6. IDENTIDADE CULTURAL NA PÓS-MODERNIDADE

A partir da década de 1980, a consolidação dos grupos considerados oprimidos e opressores ganhou destaque, especialmente devido à formação de grupos e ativistas sociais que reivindicavam direitos relacionados às suas identidades, abordando questões como raça, classe, gênero e sexualidade. Na pós-modernidade, as transformações nas identidades e nas lealdades políticas refletem uma transição significativa, abandonando as tradicionais alianças fundamentadas na classe social em favor da valorização dos 'estilos de vida' e do surgimento da 'política de identidade'. A etnia, a 'raça', o gênero, a sexualidade, a idade e a incapacidade física se tornam vetores essenciais na construção de novas formas de identificação, culminando em práticas políticas e culturais denominadas de *Justiça Social* (Woodward, 2014, p. 23).

A questão da crise de identidade na contemporaneidade tem sido muito discutida nas ciências sociais. Buscando analisar a mudança de uma identidade nacional para as novas identidades culturais na pós-modernidade, Stuart Hall identificou que as identidades modernas estão fragmentadas, esse fenômeno ocorreu devido a mudanças estruturais na sociedade, em especial no final do século XX, que descentralizou o indivíduo, antes um sujeito integrado. Essa perda de um sentido de si constituiu o que pode ser chamado de *Crise de Identidade* (Hall, 2019, p. 9).

Hall diferencia três concepções de identidade, a do sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

O sujeito do iluminismo é concebido com uma identidade estável e definida já ao nascer, mesmo com as mudanças e conjunturas sociais havia uma constância em sua identidade. O sujeito do iluminismo é dotado de razão e individualidade, considerado um homem da modernidade. O sujeito sociológico compreende que existe uma essência individual, que interage com os elementos da sociedade, comunicando com pessoas que são consideradas importantes para sua formação e tendo seu núcleo interior moldado com as identidades culturais exteriores (Hall, 2019, pp. 10-13).

Mudanças estruturais, institucionais e epistemológicas provocaram o colapso das identidades, que antes eram estáveis e possuíam sua própria essência. Essas mudanças formam o sujeito pós-moderno, sua identidade fragmentada, "transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam" (Hall, 2019, p. 13).

As próprias características intrínsecas da globalização e da modernidade tardia como altamente dinâmicas e passíveis de uma *descentração* contínua do núcleo do indivíduo, são capazes de fragmentar o “Eu” do sujeito, auxiliando na formação do sujeito pós-moderno, mas a rejeição de metanarrativas que explicavam o “Eu” intensificou a quebra das identidades que antes estavam unificadas e seguras.

O sujeito pós-moderno possui uma pluralidade de identidades que constantemente entram em conflito, em situações o “jogo de identidades” se inicia, quando a classe entra em conflito com o gênero ou a raça, esse “jogo” se inicia, provocando consequências políticas que repercutem na contemporaneidade. Stuart Hall (2019) explica que:

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpolado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela se tornou politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença (p. 21).

A mudança de uma política de identidade de classe para uma política da diferença (raça, gênero e sexualidade) na pós-modernidade, foi resultado do que Pluckrose e Lindsay chamam de *pós-modernismo aplicado*, uma transformação do pós-modernismo e do homem pós-moderno.

## 7. PÓS-MODERNISMO APLICADO

A *Teoria*, segundo os pós-modernos, presume que a “verdade” é socialmente construída por meio da linguagem e dos jogos de linguagem. O conhecimento e a razão são construídos com a finalidade de legitimação dos interesses dos privilegiados. Deste modo, a *Teoria* busca examinar criticamente os discursos dos privilegiados e romper com o processo de dominação presente nas estruturas sociais.

As perspectivas pós-modernas propõem que o processo de inclusão social nas estruturas sócio-políticas modernas, é dependente do processo de exclusão dessas estruturas de opressão para efetivar a noção pós-moderna de justiça social. Essa dupla ação de inclusão e exclusão é o meio pelo qual o princípio político pós-moderno é aplicado. As estruturas a serem excluídas compõem “a construção dos direitos, identificações e símbolos de constituintes poderosos, que age a fim de desconstruir os direitos, identificações e símbolos de outros menos poderosos” (O’Brien & Penna, 1996, pp.195-196). Segundo os defensores da nova perspectiva do pós-modernismo, a desconstrução desse sistema pode ajudar a revelar os valores e interesses suprimidos muito abaixo da superfície da ciência. Isto politiza e democratiza a ciência ao abrir o seu texto a pessoas de fora.

## CONCLUSÃO

Em suma, a análise do declínio do projeto filosófico da modernidade, iniciado com a crítica de Immanuel Kant à razão como instrumento absoluto de conhecimento, revela-se como um ponto crucial na compreensão das transformações ideológicas que se seguiram. Seguido

pelo declínio do marxismo clássico e a utilização do método crítico cunhado pela Escola de Frankfurt, que fortaleceu e influenciou os pensadores pós-modernos. Com a análise de Stuart Hall foi possível compreender como as identidades se fragmentaram e possibilitou o surgimento da política da diferença, amplamente utilizada para justificar a aplicação de um novo pós-modernismo, que Helen Puckrose e James Lindsay denominaram *pós-modernismo aplicado*.

Os resultados desta análise apresentaram uma explicação para o desenvolvimento do pós-modernismo aplicado, complementando a pesquisa de Puckrose e Lindsay ao utilizar as teses de Hicks para a crise epistemológica e de Hall para a crise de identidade. A aplicabilidade da relativização da razão e do método crítico, em conjunto com o surgimento de um novo sujeito pós-moderno, viabilizou a utilização desses conceitos na cultura, academia e na política, culminando em uma versão revolucionária do pós-modernismo. A visão liberal que buscou a igualdade de grupos historicamente oprimidos, e que atingiu resultados efetivos em relação a seu objetivo, foi substituído por grupos que buscam a inversão da “pirâmide da hierarquia” por meio da subversão do conhecimento, da razão e da “verdade”. Consideram a modernidade um meio de perpetuar a dinâmica de poder, a linguagem como a legitimação de grupos opressores e a experiência coletiva mais valiosa que a individualidade e a universalidade.

## REFERÊNCIAS

- Agger, B. (1991). Critical Theory, Poststructuralism, Postmodernism: Their Sociological Relevance. *Annual Review of Sociology*, 17(1), 105-131.
- Araújo, G. C. C. de. (2017). O Conceito De Fenômeno Em Kant e Heidegger. *Revista Eletrônica de Diálogo e Divulgação em Geografia*, 1(4).
- Araújo, W. P. (2018). O conceito de razão entre Hegel e Kant: a crítica hegeliana ao dualismo transcendental kantiano. *Problemata - Revista Internacional de Filosofia*, 9(1), 201-223.
- Beebe, H. (2012). Causation and Necessary Connection. In A. Bailey & D.J. O'Brien (Eds.), *The Continuum Companion to Hume*. Continuum.
- Böhm-Bawerk, E. V. (2017). *A Teoria da Exploração do Socialismo Comunismo*. LVM Editora.
- Bordin, T. M. (2014). O Saber E O Poder: a Contribuição De Michel Foucault. *Saberes*, 1(10), 225-235.
- Bristow, W. (2023). Enlightenment. In E. N. Zalta & U. Nodelman (Eds.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2023 ed.).
- Bruno, A. S. C. (2018). O Direito entre a Opressão e a Emancipação: reflexões sobre Razão, Direito e Democracia à luz da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. *Revista Da Faculdade De Direito Da Universidade De São Paulo*, 113, 501-533.
- Castañon, G. A. (2005). Construtivismo e Ciências humanas. *Ciências & Cognição*, 5, 36-49.
- Courtois, S., Werth, N., Panné, J. L., & Paczkowski, A. (1999). *O livro negro do comunismo*. Bertrand Brasil.
- Dikötter, F. (2017). *A Grande Fome De Mao*. Editora Record.
- Fitzpatrick, S. (2017). *A Revolução Russa*. Todavia.



- Habermas, J. (1998). *O Discurso Filosófico Da Modernidade*. Publicações Dom Quixote.
- Hall, S. (2019). *A Identidade Cultural Na pós-modernidade* (12th ed.). Lamparina.
- Hegel, G. W. F. (2008). *Fenomenologia do espírito*. Vozes.
- Hicks, S. R. C. (2011). O Contrailluminismo e seu ataque à razão. In S. Hicks (Ed.), *Explicando o Pós-Modernismo: Ceticismo e Socialismo - de Rousseau a Foucault*. Callis Editora Ltda.
- Horkheimer, M. (2002). *Critical Theory Selected Essays*. New York Continuum.
- Kant, I. (2013). *Crítica Da Razão Pura*. Editora Vozes.
- Kołakowski, L. (1978). *The Main Currents of Marxism: the Founders*. (P. S. Falla, Trans.). Clarendon Press.
- Kolakowski, L. (1981). *Main Currents of Marxism: The Breakdown*. (P. S. Falla, Trans.). Clarendon Press.
- Lyotard, J. F. (2009). *A Condição pós-moderna* (12th ed.). José Olympo.
- Melo, V. D. S. de, & Donato, M. R. A. (2011). O Pensamento Iluminista E O Desencantamento Do Mundo: Modernidade E a Revolução Francesa Como Marco Paradigmático. *Revista Crítica Histórica*, 2(4), 248-264.
- Merquior, J. G. (2022). *O Marxismo Ocidental*. É Realizações.
- Mises, L. von. (2018). *O Cálculo Econômico Em Uma Comunidade Socialista*. LVM Editora.
- Morris, W. E., & Brown, C. R. (2023). David hume. In E. N. Zalta & U. Nodelman (Eds.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*.
- Nobre, M. (2004). *A teoria crítica*. Zahar.
- Norris, C. (1987). Against postmodernism: Derrida, Kant and nuclear politics. *Paragraph*, 9(1), 1-30.
- O'Brien, M., & Penna, S. (1996). Postmodern theory and politics: Perspectives on citizenship and social justice. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 9, 85-203.
- Peeters, B. (2013). *Derrida: Biografia*. Civilização Brasileira.
- Popper, K. (2002). *The Poverty of Historicism* (2nd ed.). Routledge.
- Puckrose, H., & Lindsay, J. (2021). *Teorias Cínicas*. Faro Editorial.
- Reale, G., & Antiseri, D. (2005). *História Da filosofia: de Spinoza a Kant* (Vol. 4). Paulus.
- Seidman, S. (1998). *The postmodern turn: new perspectives on social theory*. Cambridge University Press.
- Woodward, K. (2014). Uma Introdução Teórica e Conceitual. In T. T. Da Silva (Ed.), *Identidade e Diferença: a Perspectiva Dos Estudos Culturais*. Vozes.

RECEBIDO: 15 JAN 2024

APROVADO: 07 JUN 2024

PUBLICADO: 20 JUN 2024